

Célio Azevedo



PODER José Jorge quer entregar ao TCU incumbência de fixar o valor mínimo por aluno

Emenda prorroga Fundef até 2016

Emenda constitucional que prorroga até 2016 a vigência do Fundef, o fundo para manutenção do ensino fundamental, deve ser discutida pelo Plenário do Senado na próxima semana. Uma das emendas à proposta é de autoria do senador José Jorge e atribui ao TCU poder de fixar o valor mínimo que estados e União devem bancar por aluno matriculado.

Página 3

Proposta garante acesso ao Orçamento

Projeto que garante acesso da população aos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios pode ser votado em outubro. O autor da proposta, João Capiberibe, espera que a transparência permita maior participação da sociedade civil inclusive na elaboração da lei orçamentária.

Página 2

Brasil deve ter seu canal internacional de televisão

Filmes nacionais, documentários e noticiários sobre o país fazem parte da programação da TV Brasil Internacional, que será inaugurada em janeiro de 2005

A cultura, os programas de governo, o esporte, as belezas naturais e as manifestações artísticas do Brasil podem se tornar mais conhecidos no exterior. Jornalistas e técnicos das TVs Senado, Câmara e Justiça e da Radiobrás debatem a programação e o cronograma de implantação da TV Brasil Internacional (TBI), cuja inauguração está prevista para janeiro de 2005. Trata-se de um canal institucional que será transmitido internacionalmente a cabo. Iniciativa dos três Poderes, a TBI resulta de proposta apresentada pelo

presidente do Senado, José Sarney, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A TV Brasil Internacional terá, inicialmente, programação em língua espanhola para os países do Mercosul. Em uma segunda etapa, atingirá também o Chile, a Venezuela, a Bolívia e o Equador, além dos países de língua portuguesa. Em datas ainda a serem definidas, transmitirá seus programas para Europa, Ásia e América do Norte. O orçamento da TBI para o próximo ano alcança R\$ 20 milhões.

Página 4



AGÊNCIA REGULADORA PODE TER CONTROLE EXTERNO



Roosevelt Pinheiro

Proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina o funcionamento das agências reguladoras está na pauta do Senado para discussão a partir da próxima terça-feira. De autoria do senador

Tasso Jereissati (foto), a PEC define princípios gerais de funcionamento das agências, entre os quais a proteção do interesse público e a defesa do consumidor e da concorrência. Todas as agências, segundo a

proposta, estarão sujeitas a um controle externo. Inseridos na Constituição, esses princípios, de acordo com Jereissati, evitarão que o governo possa fazer "mudanças das regras a qualquer momento".

Página 3



Arte: Críolo Quatrim sobre fotos de Luiz Roncaratti



PROPOSTA Paim pede "regras éticas e democráticas" para a pesquisa na área de biossegurança

Paim sugere mais debate sobre biossegurança

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a construção de um projeto nacional de biossegurança que regulamente e estabeleça regras éticas e democráticas para a pesquisa. Ele informou que, em visita ao hospital da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), conheceu estudos realizados pelo núcleo de pesquisas da instituição sobre a célula-tronco madura do cordão umbilical e sua importância no tratamento de doenças degenerativas.

– Um assunto bastante polêmico no campo da bioética é a utilização de embriões humanos para a obtenção de células-tronco. Porém, temos a certeza de que, quanto mais pessoas estiverem participando desse processo, mais estaremos fortalecendo a democracia. E com sabedoria e respeito às diferenças estaremos contribuindo para um projeto que atenda às expectativas da nossa sociedade – afirmou Paim.

Na avaliação do senador pelo Rio Grande do Sul, os debates que o Senado promoveu sobre o uso de células-tronco serviram para mobilizar a sociedade e para munir os parlamentares com informações a favor e contra essa prática.

Controle social do Orçamento deve ser votado logo, prevê Capiberibe

■ Autor da proposta, o senador informa que negociará, na próxima semana, pedido de urgência para a matéria

O projeto de lei que garante o acesso da população aos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderá ser votado ainda em outubro. O senador João Capiberibe (PSB-AP), autor da proposta de transparência orçamentária, afirmou ontem à Agência Senado que negociará, na próxima semana, com as lideranças e com o presidente do Senado, José Sarney, a votação



SUSTENTAÇÃO Para Capiberibe, apoios já obtidos ao projeto devem assegurar votação em Plenário

do requerimento de urgência para inclusão do projeto na ordem do dia.

O primeiro acordo com os líderes incluiu o PLS 130/03,

que acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no esforço concentrado de agosto. Mas, como explicou Capiberibe, a votação acabou adiada devido a matérias que travavam a pauta do Plenário. A expectativa do senador é que o apoio obtido pelo projeto, aprovado por unanimidade nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), assegure o acordo para exame em Plenário.

– Vamos republicanizar o Orçamento – disse Capiberibe, para quem o acesso às informações pela Internet sobre os orçamentos públicos permitirá o aumento da participação

de organizações da sociedade civil. A proposta de Capiberibe está baseada na experiência que ele implantou no Amapá quando foi governador por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a abril de 2002).

O resultado, segundo o senador, foi a expressiva redução de custos de material e serviços adquiridos pelo governo estadual. Capiberibe observou que o substitutivo do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), aprovado na CAE, trouxe contribuição importante porque estabeleceu prazos de adaptação aos dispositivos legais, visando principalmente às pequenas prefeituras.

Agenda

Votações serão retomadas na próxima terça-feira

As sessões de hoje, às 14h30, e de amanhã, às 9h, serão não deliberativas, não havendo

análise de projetos. As votações serão retomadas na próxima terça-feira, quando os senadores

podem examinar a Lei de Biossegurança e os destaques à reforma do Judiciário.

Visitas guiadas pelo Senado

O programa Visite o Senado oferece passeios com guias treinados, em que as pessoas podem conhecer toda a Casa, inclusive o Plenário. As visitas

começam de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.



Uso de anabolizantes

Os riscos do uso de anabolizantes são tema do programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje às 19h30, com a presença do vice-presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, João Lindolfo Borges.

Escala Brasileira

Escala Brasileira, programa da Rádio Senado, conversa hoje, às 23h, com o cantor Sérgio Coelho. Ele lança o CD independente *Fique você Sabendo*, produzido pelo músico e arranjador Marcos Cunha.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ELOGIO Raupp aplaude medida que proíbe contingenciamento de recursos destinados à Embrapa

Raupp apóia estímulo à pesquisa agrícola

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou dispositivo contido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, que proíbe o contingenciamento de recursos destinados a atividades de desenvolvimento tecnológico conduzidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na opinião do parlamentar, a medida ajudará a estimular o agronegócio.

– A pesquisa agropecuária deve ser incentivada, visando ao aumento da oferta e à melhoria da qualidade dos produtos básicos da alimentação – afirmou Valdir Raupp, ao classificar Rondônia como “expoente do agronegócio da Amazônia”.

O senador também informou que a sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia depende da solução de problemas estruturais, de transporte, crédito, armazenamento e comercialização.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Reforma do Judiciário é o primeiro item da pauta

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a reforma do Judiciário foi aprovada em primeiro turno no semestre passado, mas os senadores precisam ainda deliberar sobre os 165 destaques para votação em separado por eles mesmos apresentados. Os destaques, que já integraram a pauta de várias sessões, constituem o primeiro item de votação da pauta do Senado.

O relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), lembrou em discurso, há aproximadamente um mês, que a sessão de 24 de agosto contou com a presença de 75 dos 81 senadores, número suficiente para colocar os destaques em votação. Ele acusou o governo de agir somente em função da votação das parcerias público-privadas (PPPs), deixando de lado a reforma do Judiciário, que considera uma matéria muito mais importante.

Na verdade, a votação dos destaques estava programada para o início de agosto, mas a falta de acordo para deliberar sobre a Lei de Informática (PLC 32/04) adiou a votação.

A reforma do Judiciário foi dividida em quatro pelo relator. A primeira das duas PECs aprovadas em primeiro turno



NÚMERO José Jorge lembra que havia quórum para votação dos 165 destaques em 24 de agosto

traz os pontos não alterados pelo Senado em relação ao que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. A segunda reúne os itens que foram modificados. Após a votação dos destaques, ambas terão de ser votadas ainda em segundo turno. A primeira, se aprovada, irá à promulgação. A segunda retornará à Câmara, para que os deputados procedam ao reexame da matéria, avaliando as alterações introduzidas pelo Senado.

O relator criou ainda outras duas PECs, que tratam do pagamento de precatórios e da criação de juizados de instrução criminal. Elas começarão a tramitar pelo Senado e precisarão ser aprovadas em dois turnos para seguir, então, à Câmara. Se modificadas pelos deputados, voltarão ao exame dos senadores. A reforma do Judiciário é resultante da tramitação conjunta de 17 PECs e está no Congresso há 12 anos, sendo analisada pelos senadores desde o ano 2000.



ESTÍMULO Mozarildo observa que idosos precisam se integrar à comunidade, realizando seus sonhos

Senado deverá isentar idosos da taxa de passaporte

A ordem do dia desta terça-feira traz à pauta de votação o projeto de lei (PLS 107/00) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que cria mais um benefício para os brasileiros que tenham idade

igual ou superior a 65 anos. De acordo com a proposta, os idosos teriam isenção do pagamento da taxa de emissão de passaporte e demais documentos de viagem.

Mozarildo explica que as pessoas nessa faixa de idade precisam de estímulo adequado para integrar-se à participação comunitária, sob pena de tender a adotar padrões sedentários de comportamento que costumam trazer danos à saúde física e mental. Por essa razão, argumenta, tornam-se necessárias medidas “que levem merecido alento aos brasileiros idosos que pretendam o justo direito a uma vida menos reclusa. A medida proposta, ainda que modesta em relação ao valor da isenção, poderá ser imensamente útil para idosos de poucas posses, seja para que realizem o sonho, por vezes de toda uma vida, de uma viagem de lazer, seja pela necessidade de buscar no exterior atendimento médico especializado”, afirma o senador.

Jereissati quer norma estável para agências reguladoras

■ Proposta a ser analisada pelo Plenário estabelece regras gerais e controle externo

O Plenário do Senado deverá discutir no próximo dia 5 proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estabelece normas gerais para as agências reguladoras de serviços públicos, incluindo o controle externo. Com a emenda, as orientações para esses órgãos estarão inseridas em um artigo da Constituição, evitando, segundo o senador, que o governo federal possa fazer “mudanças das regras a qualquer momento”.

Jereissati pondera que o Estado experimentou nos últimos dez anos grandes reformas modernizadoras, revisando em profundidade seu papel na economia, conduzindo à criação e implantação das agências reguladoras – de petróleo, energia, saúde, vigilância sanitária, telecomunicações etc. No entanto, a forma como essas agências devem atuar na



CAUTELA Jereissati explica que regulamentação evitará que governo possa mudar as regras

defesa do interesse público e dos consumidores consta de breves citações constitucionais. O objetivo da emenda do senador é detalhar o procedimento das agências.

Princípios gerais

Assim, conforme o texto do projeto, as agências terão de observar 14 princípios gerais, a começar pela proteção do interesse público, defesa do consumidor e da concorrência, promoção da iniciativa privada, imparcialidade, independência e intervenção mínima na atividade empresarial. Se a emenda constitucional for aprovada pelo Congresso, uma lei com-

plementar deverá detalhar o funcionamento das agências. De qualquer forma, todas elas estarão submetidas a um controle externo, que será definido na lei complementar.

O senador observa que os princípios contidos em sua emenda impedirão que as regras das agências e a regulação dos mercados fiquem na dependência “das variações de humor dos condutores da máquina pública”. Ou seja, se no futuro o governo quiser modificar os princípios de atuação das agências, ele terá de contar no mínimo com três quintos (60%) dos votos dos deputados e senadores.

Se os princípios ficarem inseridos em lei ordinária, o governo poderá modificá-los com um percentual bem mais baixo de deputados e senadores – em tese, uma lei ordinária poderia ser alterada com os votos favoráveis de pouco mais de 25% dos parlamentares do Congresso Nacional.

A emenda chegou ao Plenário com parecer favorável do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), que concorda que a matéria é importante para a economia do país.

Prorrogação do Fundef também vai a debate

O Plenário voltará a discutir, a partir desta terça-feira, emenda constitucional que prorroga por dez anos a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Se não houver modificação, o Fundef acabará daqui a dois anos e, se for aprovado um substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE), ele terá validade até o fim de 2016. A emenda será discutida por mais três sessões e, caso não receba emendas, será submetida a votação de primeiro turno.

O substitutivo modifica uma proposta de emenda constitucional (PEC 29/02) do então senador Francisco Escórcio. Além da prorrogação, José Jorge quer tirar das mãos do presidente da República o poder de fixar o valor mínimo que os estados e a União devem bancar por cada aluno matriculado no ensino

fundamental. A idéia é entregar a incumbência ao Tribunal de Contas da União (TCU), que hoje já é responsável por cálculos como os valores de cada município e estado nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

José Jorge afirma, utilizando dados das Consultorias Legislativa e de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, que a União não vem repassando totalmente a sua parte no Fundef. No ano de 2001, foram destinados ao programa R\$ 2 bilhões, quando deveriam ter sido repassados R\$ 3,6 bilhões. De 1998 a 2001, a diferença acumulada já somava R\$ 12,4 bilhões. Conforme o senador por Pernambuco, essa diferença existe porque o governo federal não cumpre a Lei 9.424/96, que estabelece os critérios para fixação do valor único nacional por aluno beneficiado pelo Fundef.

União pode perder ilha com município

O Senado poderá votar na terça-feira a proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04) que retira do domínio da União as ilhas costeiras que abriguem municípios. De autoria do deputado Edison Andrino (PMDB-SC), a PEC altera o inciso IV do artigo 20 da Constituição, que define os bens de propriedade da União.

De acordo com o deputado e o relator da matéria no Senado, Jorge Bornhausen (PFL-SC), a proposta visa retirar um entrave ao desenvolvimento dos municípios localizados nessas ilhas. Capitais como Florianópolis (SC), São Luís (MA) e Vitória (ES) são exemplos de municípios localizados em ilhas costeiras.

– À época da Constituinte defendemos com veemência esta tese, mas, lamentavelmente, a emenda por nós defendida restou rejeitada – relembra Bornhausen. Ele observa que a proposta não traz risco às áreas destinadas ao serviço público e à proteção ambiental, ressalvadas no inciso que se pretende modificar.

Governo brasileiro deve inaugurar no mês de janeiro seu canal internacional de TV

■ Programação trará matérias institucionais, filmes nacionais, notícias sobre o país e documentários

A partir de uma idéia do presidente do Senado Federal, José Sarney, deverá ser inaugurada em janeiro de 2005 a TV Brasil Internacional (TBI), com transmissões inicialmente em língua espanhola, para os países que compõem o Mercosul. Numa segunda etapa, a programação chegará ao Chile, Venezuela, Bolívia e Equador, depois a Portugal e demais países de língua portuguesa e, finalmente, aos Estados Unidos e nações da



INICIATIVA Idéia de criação do canal foi sugerida pelo presidente do Senado Federal, José Sarney, ao presidente da República

Europa e Ásia.

A proposta de criação da TBI, cujas transmissões serão a cabo, foi apresentada por José

Sarney ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a posse do chefe de governo da Argentina, Néstor Kirchner, em abril de 2003. Lula gostou da sugestão e pediu ao senador que lhe encaminhasse um documento contendo os detalhes da proposta. O projeto escrito foi enviado ao presidente da República e ao então presidente do Supremo Tribunal Federal, o hoje ministro aposentado

Maurício Corrêa. Ainda no ano passado, os chefes dos três Poderes incluíram nos seus respectivos orçamentos os recursos necessários ao

investimento inicial: R\$ 2 milhões do Legislativo, R\$ 700 mil do Judiciário e o restante, R\$ 7,3 milhões, do Executivo, totalizando a quantia de R\$ 10 milhões.

Programação

Para 2005, o orçamento da TBI será de R\$ 20 milhões, distribuídos da mesma forma pelas instituições envolvidas no projeto. O corpo de funcionários será cedido pelas TVs Senado, Câmara e Justiça, além da Radiobrás. No momento, os servidores encarregados da viabilização do projeto estão debatendo a grade de programação e o cronograma de implantação de cada uma das etapas do canal. A programação terá uma parte institucional

e também filmes brasileiros, documentários e noticiários sobre o Brasil, com o objetivo de mostrar no exterior as realizações do governo, o esporte, as belezas naturais e as manifestações artísticas do país.

A coordenação do projeto da TV Brasil Internacional está a cargo do presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e do diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg. A sede da futura emissora já se acha instalada no edifício Palácio do Comércio, situado no Setor Comercial Sul de Brasília. A transmissão será feita pela Directv/Sky, que controla boa parte das emissões internacionais de televisão por assinatura.



DEBATE Presidida por Osmar Dias, Comissão de Educação promoverá audiências públicas sobre a situação do setor

Atores vão entregar à Comissão de Educação diagnóstico sobre o teatro

Os atores Marco Nanini, Paulo Autran, Bibi Ferreira e Fernanda Montenegro deverão entregar ao presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), até meados de outubro, documento com um diagnóstico da situação do teatro no Brasil. De posse de avaliação, o colegiado vai promover audiências públicas sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor artístico, que vem registrando alto índice de desemprego. Isso ficou acertado na última segunda-feira, em reunião realizada no Rio de Janeiro entre o secretário da comissão, Júlio Ricardo Linhares, atores e produtores teatrais.

Por determinação de Osmar Dias, o secretário da comissão expôs ao grupo de atores e produtores as possibilidades que a Comissão de Educação

oferece, como a realização de audiências públicas, debates com ministros e formulação de proposições legislativas. O secretário falou também sobre o trabalho desenvolvido pela CE em favor do cinema nacional.

Já os atores e produtores fizeram uma radiografia do teatro no Brasil. "O setor passa por uma crise que eu não conhecia. A continuar como está, o teatro terá sua atividade reduzida em 80% no ano que vem", previu o secretário da comissão. Júlio Ricardo Linhares afirmou que atores e produtores se queixaram de que o governo não leva em consideração suas colocações. As conversas com o governo já vêm ocorrendo há um ano e meio, segundo relatou.

– O teatro está parado, perdendo público e receita, e de-

mitindo – concluiu Linhares, depois da conversa com os atores e produtores.

Participaram da reunião os atores Maria Padilha, Marco Nanini, Giulia Gam, Louise Cardoso e Pedro Cardoso, e os produtores teatrais Eduardo Barata, Carla Nascimento, Fernanda Signorini, Nissia Garcia, Carmen Mello, Bianca de Felippes, Ecila Mutzenbecher, Wilson Nogueira Rodriguez e Norma Thiré. Também estiveram presentes a produtora cultural Andréa Alves, o diretor e produtor Demetrio Nicolau, os atores e diretores Antonio Pedro e Flavio Marinho, a produtora cultural e cineasta Monique Gardenberg, e o produtor e secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp), Paulo Pélico.

Produtor se queixa da falta de políticas públicas para o setor

A crise no teatro brasileiro é tão grave que não há mais produção comercial em ritmo sistemático e as casas estão ficando vazias. A informação foi prestada pelo produtor Paulo Pélico, representante da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp) na reunião entre o secretário da Comissão de Educação, Júlio Ricardo Linhares, e atores e produtores teatrais.

– Pelo menos desde que faço teatro, há 20 anos, é a primeira vez que vejo as casas de espetáculo sem produção para receber. As casas estão ficando vazias – disse Pélico.

Para o produtor, "esse é um termômetro importante". Também são indicadores da crise no teatro, segundo ele, "o número de currículos e de apelos que os produtores recebem e as listas que circulam destinadas a ajudar pessoas do setor com problemas de saúde, por exemplo, que têm aumentado

vertiginosamente".

– Há uma situação dramática de desemprego – sentenciou.

Paulo Pélico assinalou ter ficado impressionado com o relato do pessoal técnico de teatro em reunião realizada na última terça-feira. De acordo com o produtor, a falta de recursos "é deprimente".

Indagado sobre se o teatro tornou-se o "primo pobre" da área cultural, ele respondeu: "Nos tornamos o primo abandonado, exangue, à míngua, doente e infeccionado".

O representante da Apetesp afirmou que a perspectiva de mudança na Lei Rouanet, em discussão há dois anos, cria um ambiente temerário para as empresas patrocinadoras. "Mas o pano de fundo, desde o regime militar, é a falta de políticas públicas para o setor", disse.

– Mesmo peças com textos de apelo popular e atores "globais" no elenco são empreendimentos deficitários, não lucrativos, já há muito tempo.

